



ARTIGOS

A RELAÇÃO CAPITALISTA-COLONIAL-PATRIARCAL: UM DEBATE DOS FEMINISMOS CRÍTICOS

THE CAPITALIST-COLONIAL-PATRIARCHAL RELATIONSHIP. A DEBATE AMONG CRITICAL FEMINISTS

LA RELACIÓN CAPITALISTA-COLONIAL-PATRIARCAL. UN DEBATE DE LOS FEMINISMOS CRÍTICOS

Julia Expósito  

Consejo Nacional de Investigaciones Científicas y Técnicas
(CONICET), Buenos Aires, Argentina

Financiamento: O presente trabalho foi realizado com apoio do Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq) – Brasil, por meio da bolsa de Pesquisador Visitante Estrangeiro, Processo nº 351690/2025-5.

Submetido em: 16/12/2025

Aceito em: 26/04/2026

Publicado em: 22/06/2026

Como citar: EXPÓSITO, Julia. A relação capitalista-colonial-patriarcal: um debate dos feminismos críticos. *(Des)troços: revista de pensamento radical*, Belo Horizonte, v. 7, n. 1, p. e63489, jan./jun. 2026.

DOI: [10.53981/destrocos.v7i1.63489](https://doi.org/10.53981/destrocos.v7i1.63489)



Licenciado sob a [CC BY 4.0](https://creativecommons.org/licenses/by/4.0/).

Julia Expósito é doutora em Ciências Sociais pela Universidade de Buenos Aires e mestra em Estudos Culturais pela Universidade Nacional de Rosário. É investigadora visitante estrangeira CNPQ-UFRN e investigadora adjunta CONICET.

Contribuição (CRediT)

J.E.: Investigação; Escrita (original).

Resumo

O presente trabalho centra-se na problemática da relação entre capitalismo, colonialidade e patriarcado que se abre, num primeiro movimento, desde uma crítica do feminismo marxista materialista ao marxismo e, num segundo, numa leitura destes desde uma crítica feminista decolonial. Para isso, abordaremos a problemática da reprodução social dos feminismos marxistas materialistas, eixo central para compreender as determinações patriarcais do capitalismo e vice-versa; para depois cruzá-la com a questão da colonialidade de gênero trazida pelos feminismos decoloniais. Para isso, realizamos dois movimentos analíticos: destacamos a crítica feminista ao marxismo a partir da categoria de reprodução social e, em seguida, exploramos a crítica do feminismo descolonial à categoria de patriarcado do feminismo marxista materialista, que pressuporia uma determinada configuração do sexo como base material do gênero.

Palavras-chave

Patriarcado; capitalismo; colonialismo; feminismos.

Abstract

This paper focuses on the problematic of the relationship between capitalism, coloniality, and patriarchy that opens, in a first movement, from a critique of Marxist materialist feminism to Marxism and, in a second, a reading of data from a decolonial feminist critique. To this end, we will address the issue of the social reproduction of materialist Marxist feminisms, a central axis for understanding the patriarchal determinations of capitalism and vice versa, and then cross-reference it with the issue of gender coloniality brought up by decolonial feminisms. To this end, we will carry out two analytical movements: we will highlight the feminist critique of Marxism based on the category of social reproduction and then explore the critique of decolonial feminism on the category of patriarchy in materialist Marxist feminism, which presupposes a certain configuration of sex as the material basis of gender.

Keywords

Patriarch; capitalism; colonialism; feminisms.

Resumen

El presente trabajo se centra en la problemática de la relación entre capitalismo, colonialidad y patriarcado que se abre, en un primer movimiento, desde una crítica del feminismo marxista materialista al marxismo y, en un segundo, en una lectura de estos desde una crítica feminista decolonial. Para ello, abordaremos la problemática de la reproducción social de los feminismos marxistas materialistas, eje central para comprender las determinaciones patriarcales del capitalismo y viceversa; para luego cruzarla con la cuestión de la colonialidad de género planteada por los feminismos decoloniales. Para ello, realizamos dos movimientos analíticos: destacamos la crítica feminista al marxismo a partir de la categoría de reproducción social y, a continuación, exploramos la crítica del feminismo descolonial a la categoría de patriarcado del feminismo marxista materialista, que presupondría una determinada configuración del sexo como base material del género.

Palabras clave

Patriarcado; capitalismo; colonialismo; feminismos.

Introdução

Um dos debates centrais que atravessam os feminismos e as teorias críticas diz respeito a desvendar a relação entre capitalismo, patriarcado e colonialidade, sua história e sua atualidade. Mais especificamente, existe um interesse em compreender como as transformações sofridas pelo modo de acumulação capitalista a partir da década de 1970 e suas reconfigurações neoliberais impactaram o mundo do trabalho e as subjetividades, concretizando uma metamorfose na imbricação capitalista, patriarcal e colonial.¹ No debate que essa problemática abre, as categorias propostas pelos feminismos marxistas e decoloniais são de central importância. Isso porque elas questionam não apenas uma leitura patriarcal-colonial do neoliberalismo, mas propõem uma genealogia na qual a origem da acumulação capitalista é diretamente colonial e patriarcal. Mais ainda, são as próprias categorias de gênero, sexo e raça que se configuram com o capitalismo.

Para traçar essa genealogia, recuperam de modo crítico a tradição marxista, em sua vertente feminista marxista e materialista, problematizando a questão da “reprodução social”; a teoria da imbricação dos feminismos negros e de cor; e as contribuições da teoria decolonial, principalmente as noções de “heterogeneidade histórico-estrutural” e “colonialidade do poder” de Aníbal Quijano. Como sustenta Espinosa Miñoso,

o feminismo em sua cumplicidade com a aposta decolonial toma para si a tarefa de reinterpretação da história em chave crítica da modernidade, já não apenas por seu androcentrismo e misoginia, como tem feito a epistemologia feminista clássica, mas também dado o seu caráter intrinsecamente racista e eurocêntrico.²

O como afirma Silvia Federici, “assim como a divisão internacional do trabalho, a divisão sexual foi, sobretudo, uma relação de poder, uma divisão dentro da força de trabalho, ao mesmo tempo que um imenso impulso à acumulação capitalista” e o processo de acumulação primitiva foi também “uma acumulação de diferenças, desigualdades, hierarquias e divisões que separaram os trabalhadores entre si e, inclusive, alienaram a eles mesmos”.³

Capitalismo, patriarcado e colonialismo, longe de se diferenciarem, se pressupõem mutuamente, entrelaçando um modo de acumulação que se sustenta no não reconhecimento da reprodução do trabalho feminizado e racializado, colocando o salário como um “instrumento de acumulação, isto é, como meio para mobilizar não só o trabalho dos trabalhadores que é pago com ele, mas também o trabalho de uma multidão de trabalhadores que permanecia oculto devido às suas condições não salariais”.⁴ Desse modo, o trabalho assalariado se configura como a norma da forma de exploração capitalista. As outras formas de trabalho são medidas em função dele e definidas negativamente: não remuneradas, não

¹ Mezzadri, *On the value of social reproduction*; Federici, *Calibã e a bruxa*; Fraser, *Capitalismo canibal*; Falquet, *Pax Neoliberalia*; Lugones, *Colonialidade e gênero*; Segato, *La guerra contra las mujeres*.

² Espinosa Miñoso, *Sobre por que é necessário um feminismo decolonial*, p. 5.

³ Federici, *Calibã e a bruxa*, pp. 232-234.

⁴ Federici, *Revolución en punto cero*, p. 160, tradução nossa.

assalariadas, não capitalistas, não mensuráveis (dentro do tempo de trabalho socialmente necessário), não exploráveis, não livres. A isso se vinculam as determinações subjetivas de não plenamente “cidadãos” e “humanos”.

Essa visão conduziu as esquerdas hegemônicas a compreenderem essas formas de trabalho como espacialidades não revolucionárias e seus modos de vida como não sujeitos da história. No entanto, para os feminismos decoloniais e materialistas, as categorias de classe, raça e gênero estão imbricadas, por serem “coconstitutivas da episteme moderna colonial e não podem ser pensadas por fora dessa episteme nem tampouco de modo separado entre elas”.⁵ Qual é, então, a especificidade do modo de acumulação capitalista? Qual é sua forma específica? A relação capital-trabalho assalariado é seu modo constitutivo ou, junto a este, e como sua condição histórica de existência, apresentam-se outras formas de trabalho não assalariadas, mas nem por isso não capitalistas?

Ao abrir essas questões, habilita-se uma série de pontos que nos interessa demarcar. Discutir uma historização etapista e evolucionista do capitalismo, e, ao fazê-lo, possibilitar um debate sobre a especificidade de suas relações ao questionar a centralidade, a hegemonia ou a tendência da produção ampliada do capital frente ao trabalho não assalariado, informal, reprodutivo, à acumulação por despossessão e aos métodos violentos de extração de valor; pensar de que modos a acumulação de capital se articula com e reproduz as hierarquias sexo-genéricas, raciais e classistas; compreender o capitalismo a partir de seu desenvolvimento desigual, diferencial, complexo, multidimensional e não como um sistema econômico restrito. Esse caminho nos permite começar a revelá-lo como um sistema no qual as relações reprodutivas, os múltiplos modos de trabalho, o heteropatriarcado, a raça, o sexo-gênero e o colonialismo têm central importância; e nos permite mergulhar na história não oficial e na historicidade da luta de classes não brancas e feminizadas.

Diante das análises que sustentam que o capitalismo é, no fundo, sempre o mesmo, ou daquelas que pretendem conjurar o neoliberalismo para devolver à democracia sua potência e ao capital sua justeza, os debates feministas decoloniais e marxistas materialistas nos mostram a natureza complexa, multidimensional e histórica do capitalismo, mas também do patriarcado e do colonialismo. Nem fixação de uma situação, nem nostalgia do passado. Pelo contrário, convidam-nos a pensar as lutas de resistência ao neoliberalismo sem a antecâmara de um capitalismo equitativo ou simplificado, e sem o corolário de uma estratégia política empantanada entre uma articulação populista capitalista ou um clássico socialismo de Estado. Propõem, ao contrário, analisar o processo pelo qual as lógicas precárias, informais e violentas do trabalho e da produção de subjetividades atravessam pessoas feminizadas, racializadas e colonizadas na história do capitalismo, que é também a história do patriarcado e do colonialismo.

Neste escrito, interessa-nos aprofundar a questão que fica colocada, mas não resolvida, no cruzamento entre feminismos marxistas materialistas e decoloniais: qual é a relação específica entre capitalismo, patriarcado e colonialismo? Ou seja, o patriarcado e o colonialismo são características históricas do capitalismo e, portanto, superáveis dentro dele? Ou, ao contrário, apresenta-se nessa tríade uma relação concomitante em que nenhum deles estabelece uma

⁵ Espinosa Miñoso, *Sobre por que é necessário um feminismo decolonial*, p. 8.

hierarquia, configurando um vínculo de necessidade mútua? Essa questão se tensiona nesse cruzamento a tal ponto que nos conduz à complexa pergunta sobre o caráter necessariamente (ou não) patriarcal e colonial do capitalismo. E, ao fazê-lo, abre-se um debate sobre quais seriam as determinações que assumiriam as relações de sexo-gênero, raça e classe para além do paradigma da interseção, como mera somatória de opressões, ou da diferença entre opressão e exploração.

Em concreto, o presente trabalho centra-se na problemática da relação entre capitalismo, colonialidade e patriarcado que se abre, num primeiro movimento, desde a crítica do feminismo marxista materialista ao marxismo e, num segundo, numa leitura crítica daqueles feminismos a partir dos feminismos decoloniais. Com especial ênfase na investigação teórica, política e metodológica para redefinir os limites da relação entre capitalismo, patriarcado e colonialismo, abordaremos a problemática da reprodução social dos feminismos marxistas materialistas, eixo central para compreender as determinações patriarcais do capitalismo e vice-versa; para depois cruzá-la com a questão da colonialidade de gênero trazida pelos feminismos decoloniais. Para isso, realizamos dois movimentos teórico-analíticos: destacamos a crítica feminista ao marxismo a partir da categoria de reprodução social e, em seguida, exploramos a crítica do feminismo descolonial à categoria de patriarcado do feminismo marxista materialista, que pressuporia uma determinada configuração do sexo como base material do gênero. Em específico, pretendemos centrar-nos na problemática do patriarcado que emerge ao realizar o cruzamento entre essas correntes feministas.

Em termos metodológicos, este escrito baseia-se em um corpus de análise teórica, o que implica um trabalho de elaboração crítico-interpretativa. Tratando-se de uma investigação de natureza teórica social e política, atenderemos às exigências de uma leitura crítica que procure questionar aspectos relevantes da bibliografia, estabelecendo sistematizações conceituais e formulando instrumentos que visem a dar conta da complexidade dos processos e conceitos trabalhados. Acreditamos que esta aposta metodológica – de nos centrarmos na categoria de *patriarcado* – torna possível colocar em diálogo crítico os feminismos decoloniais e marxistas materialistas, bem como permite apresentar um debate depois de articulá-la à questão da colonialidade de gênero trazida pelos feminismos decoloniais. Nesse encontro, as próprias categorias não permanecem intactas. Esse diálogo visa destacar o caráter político das teorias feministas críticas e suas potencialidades — bem como suas limitações — epistêmicas e metodológicas ao contribuir para os debates sociopolíticos e os processos de resistência ao capitalismo contemporâneo. Atualiza-se, assim, um diagnóstico que consideramos necessário sobre a relação entre capitalismo, colonialismo e patriarcado e sobre a composição das subjetividades resistentes.

A complexa relação: uma crítica dupla

A relação entre capitalismo, colonialismo e patriarcado possui uma história longa e complexa. Marxismos e feminismos, em suas distintas orientações, vêm

debatendo há décadas sobre as determinações dessa relação.⁶ O cerne da questão reside em saber se o patriarcado e o colonialismo são, ou não, sistemas independentes e anteriores ao capitalismo. Se a resposta for afirmativa, apresentar-se-iam como resquícios de relações sociais passadas e, portanto, passíveis de serem superados no devir histórico do capital. Se, ao contrário, surgisse com o capitalismo uma forma específica de patriarcado e de colonialidade, inaugurando modos concretos de organizar o trabalho, a família e a reprodução das relações sociais, esta seria constitutiva do capitalismo, ainda que possuísse ou não uma história precedente.

A pergunta sobre a especificidade dessa relação tripartite segue aberta. Uma das possíveis respostas afirma que o patriarcado e o colonialismo representariam modos de produção distintos do capitalismo, atuando paralelamente à acumulação ampliada de capital. Caso fosse assim, dir-se-ia que a família seria para o patriarcado e o trabalho (semi)escravo — a mita,⁷ as minas, a plantação — para o colonialismo, o que a fábrica é para o capitalismo. Outra resposta os situa como determinações superestruturais, ou como diz Butler, “o meramente cultural”,⁸ que compõem modos específicos de opressão, como o racismo e a misoginia, mas não fariam parte da estrutura econômica. Ao não se supor que as diferenças sexo-gênero e raciais são uma determinação estrutural, a relação de exploração do trabalho assalariado continuaria sendo o lugar privilegiado para compreender o problema propriamente capitalista e o espaço central da resistência operária. Em ambas as respostas, para o patriarcado e o colonialismo sempre falta algo para que seu tempo histórico seja o presente: seriam resquícios ou determinações superestruturais, superáveis ou adiáveis, naturais ou históricos. Em todos os casos, sua condição não pressupõe que haja “trabalho” em termos capitalistas, por serem não remunerados ou não assalariados, “improdutivos”, não produtores de “valor”, não “exploráveis”.

Refletir sobre a relação entre os feminismos — em suas vertentes decoloniais e marxistas materialistas — e o marxismo implica mergulhar em uma história complexa de pensamentos que se entrecruzam, disputam e contaminam mutuamente. Mas é a partir dessa complexidade que pretendemos mostrar uma leitura crítica do marxismo e um debate feminista capaz de traçar imbricações determinantes para a relação entre capitalismo, colonialismo e patriarcado, entre sexo, gênero, raça e classe. Trata-se de aventurar uma teoria que nos conduza para fora dos feminismos da igualdade,⁹ que defendem a ideia de que o patriarcado é apenas um problema redistributivo e, portanto, não necessariamente capitalista e racista, e para além da leitura marxista ortodoxa, para a qual patriarcado e colonialismo nada teriam a ver com a exploração e com a produção de valor. Pelo contrário, no cruzamento desses feminismos atualiza-se uma leitura de Marx que coloca no centro a problemática da reprodução social — da vida e do capital —; a complexidade da categoria trabalho; e o exame do modo de acumulação capitalista, redefinindo seus limites.

⁶ A bibliografia sobre o assunto é extensa e de origem muito variada, tanto histórica quanto geográfica. Não cabe a este trabalho discuti-la em profundidade.

⁷ A mita foi uma das instituições fundamentais do sistema colonial espanhol na “América”. Baseava-se em um sistema de trabalho forçado e obrigatório que entrelaçava a exploração laboral com a classificação racial e sexual.

⁸ Butler; Fraser, *¿Redistribución o reconocimiento?*

⁹ Ferguson, *Women and Work*, p. 12.

Para os feminismos marxistas materialistas,¹⁰ realizar uma leitura crítica do marxismo e da complexa obra de Marx implica colocar no centro do debate o ponto de vista da reprodução social em relação ao trabalho e à acumulação de capital.¹¹ Ao fazê-lo, uma série de problemas metodológicos emerge: como é possível que as figuras do "capitalista" e do "trabalhador assalariado" apareçam com regularidade no processo histórico? Por que, junto a elas, reproduz-se uma divisão sexual, racial e internacional do trabalho? Como se produz o modo de propriedade capitalista e quais são suas implicações? Quais determinações o capital possui como relação social? Como se sucedem os processos de separação entre produção e reprodução social, e entre exploração e expropriação? Como se produzem o valor e a força de trabalho? O que implica o salário enquanto relação social, e o que ocorre com os trabalhos que estão fora dessa relação? Qual é a relação entre reprodução do capital e reprodução da vida?

I. O problema originário

As respostas às perguntas acima colocadas configuram uma relação inovadora entre patriarcado, colonialidade e capitalismo, a partir de pistas extraídas de uma leitura não engessada de Marx. Em primeiro lugar, o que aconteceria se lêssemos o Livro I de *O Capital* começando pelo final? O capítulo vinte e quatro, sobre a chamada acumulação originária, desfaz a ficção construída por Marx nos capítulos anteriores, onde as determinações funcionam sob condições invariáveis.¹² A abstração que permite a Marx colocar em movimento a lógica interna do capital — desvelando o segredo da mercadoria e do valor como crítica à economia política — é invertida quando o problema da reprodução capitalista torna-se evidente. Fraser comenta:

De onde o capital veio? (...) Como a propriedade privada dos meios de produção passou a existir e como os produtores foram separados deles? Nos capítulos anteriores do livro, Marx havia desnudado a lógica econômica do capitalismo abstraindo-a de suas condições de possibilidade de fundo, tratadas como simplesmente dadas.¹³

A antessala da acumulação ampliada é marcada pelo saque, extração, sangue e lama, bruxas e calibãs, navios negreiros, conquistas e expropriação, pela produção de figuras como “a mulher”, “a parideira”, “o índio”. Para que o “trabalhador assalariado” e o “capitalista” possam surgir, para que o cidadão e o proprietário possam existir, violência e despossessão precisam ocorrer, ser produzidas e reproduzidas. Não haveria, então, capital e salário em abstrato, mas como resultado de relações sociais desajustadas e contraditórias. Em outras palavras, produz-se algo mais do que capital e salário: fazem-se necessárias outras formas de trabalho, outros sujeitos, outras hierarquias. Federici afirma que a chamada acumulação primitiva deve ser compreendida como um elemento-chave nos processos de reprodução da vida no sistema capitalista. Nesse movimento

¹⁰ Expósito, *Feminismos revolucionarios*, p. 34.

¹¹ Federici, *O patriarcado do salário*; Fraser; Bhattacharya; Arruzza, *Feminismo para os 99%*.

¹² Marx, *O capital*, p. 357.

¹³ Fraser, *Capitalismo canibal*, p. 26.

originário, não apenas se separa o camponês da terra, como também ocorre a separação entre o processo de produção (produção para o mercado) e o de reprodução (produção da força de trabalho); esses processos passam a se separar fisicamente e, além disso, passam a ser realizados por sujeitos distintos.¹⁴ Assim, a criação violenta de um “trabalhador assalariado livre”, expropriado de seus meios de reprodução, supõe uma ainda mais violenta “uma acumulação de diferenças e divisões dentro da classe trabalhadora, em que as hierarquias construídas sobre o gênero, assim como sobre a “raça” e a idade, se tornaram constitutivas da dominação de classe e da formação do proletariado moderno”.¹⁵

Ler o Tomo I de *O Capital* desde o prisma de seu final implica, como afirmaram Luxemburgo, Harvey e Federici, compreender que essa forma de acumulação não é apenas subsidiária da “correta” acumulação ampliada, mas que esse modo acumulativo violento e hierárquico nunca deixou de operar na história do capital. E imprime uma lógica específica à relação entre capitalismo, colonialismo e patriarcado: o cercamento dos bens comuns (naturais ou artificiais), seu roubo e esgotamento; a violência nos modos de expropriação e exploração dos territórios, recursos, corpos e subjetividades; guerras contra modos de vida feminizados, racializados e migrantes. Essa apropriação violenta fratura a extração de mais-valor em dois momentos específicos: o da produção, que exige um “trabalhador assalariado livre”, e o da reprodução, que implica o despojo e o cercamento de territórios e corpos feminizados e racializados como recursos naturais. Parafraseando Federici,¹⁶ não é possível entender a história da acumulação primitiva apenas do ponto de vista dos trabalhadores assalariados; ela também deve ser escrita a partir das pessoas escravizadas, colonizadas e das mulheres, cujas terras e corpos seguem sendo alvo central de cercamentos e violências, e cujo lugar na história da sociedade capitalista não pode ser integrado à história do salário.

Chegamos assim à segunda pista: a relação entre produção e reprodução social¹⁷ é central para pensar a imbricação entre capitalismo, colonialismo e patriarcado. Do ponto de vista estrutural e material, a divisão entre reprodução social e produção de mercadorias é decisiva. Essa cisão é um artefato do sistema que, como consequência histórica do capitalismo, produz a separação material entre a esfera da produção de mercadorias e a da reprodução social da vida. A partir dela, sustenta-se a geração de diferenças que hierarquiza, de modo imbricado, as relações de classe, raça e sexo-gênero, ao mesmo tempo em que as produz. Raça e sexo-gênero são produzidos junto ao valor e ao trabalho assalariado. Nesse

¹⁴ Federici, *O patriarcado do salário*, p. 64.

¹⁵ Federici, *Calibã e a bruxa*, p. 119.

¹⁶ Federici, *Calibã e a bruxa*, p. 26.

¹⁷ A relação entre reprodução social e cuidados é estrutural e de interdependência: o trabalho de cuidados é um dos componentes centrais da reprodução social. Uma vez que esta abrange todas as tarefas necessárias para a manutenção cotidiana da vida e a sobrevivência e composição da força de trabalho. Os feminismos materialistas definem a os cuidados como trabalho de reprodução social, ou seja, como um conjunto de atividades (físicas, mentais, emocionais e afetivas) que sustentam a vida. Sem esse trabalho, a produção de mercadorias e a acumulação de capital não seriam possíveis. Embora não seja o objetivo deste artigo a categoria de cuidados, é necessário destacá-la nos debates feministas sobre a reprodução social. A esse respeito, há uma ampla bibliografia feminista que vai desde os trabalhos da já citada Federici até os debates das teorias feministas da reprodução social e da economia feminista, especialmente a produção latino-americana (que inclui Isabel Largaia, Mirta Henault, Heleieth Saffioti, Karina Bidasca, Leila Gonzalez, Helena Hirata, Mercedes D'Alessandro e Verónica Gago, apenas para citar algumas referências).

processo, naturaliza-se a reprodução social como algo dado, independentemente do devir social direto das relações capitalistas. E, ao fazê-lo, patriarcado e colonialidade aparecem como sistemas naturais do “humano”, transcendendo a história complexa das classes sociais.

No capitalismo, a reprodução social da força de trabalho é determinada pela capacidade de subsistência dxs trabalhadorxs em um determinado momento histórico, sendo esse seu valor.¹⁸ Mas Marx não se pergunta quem realiza esse trabalho e por que ele não é remunerado ou é realizado em condições de maior precariedade e flexibilização do que o trabalho considerado produtivo. Essas são justamente as características sobre as quais Marx constrói sua argumentação para considerá-lo algo “dado e natural”: não é remunerado, não tem tempo, não produz mercadorias, é puro valor de uso.¹⁹ Em certo sentido, embora Marx observe que esse trabalho garante socialmente a própria capacidade de trabalhar, de acordo com as necessidades históricas de cada território, ele nada diz sobre o valor dessa produção, sobre as formas de hierarquia social que produz e sobre o tempo de trabalho socialmente necessário que carrega. Fica a incógnita sobre sua relação específica com as formas “claramente” capitalistas. No entanto, o capital é o incessante processo de baratear a mercadoria força de trabalho em seu afã ilimitado de lucro. Esse processo materializa-se na desvalorização da reprodução social dxs trabalhadorxs, gerando uma das contradições centrais do capital. Potencializar a capacidade de consumo dxs trabalhadorxs é condição para a própria reprodução do capital, mas, ao mesmo tempo, essa reprodução implica sempre uma competição ilimitada e destrutiva contra a capacidade de subsistência dxs trabalhadorxs.

A reprodução da vida e a reprodução do capital amalgamam-se, ainda que nunca coincidam plenamente. A reprodução do capital de uma empresa ocorre às custas de outra; a reprodução de um Estado se faz às custas das condições de reprodução de outro; a reprodução da força de trabalho de alguns é feita às custas do trabalho reprodutivo de outrxs; a vida produtiva é reproduzida às custas da vida planetária. Em suma, a reprodução ampliada do capital dá-se sempre à custa da despossessão de grande parte da humanidade — uma parte nunca abstrata, mas determinada sexo-gênero-racial e internacionalmente dividida. Assim, as múltiplas formas de exploração, extração e mercantilização que excedem o trabalho produtivo nos termos do capitalismo industrial permitem compreender o salário não apenas como relação de confrontação entre força de trabalho e capital, mas como instrumento de criação de relações desiguais de poder e hierarquias no interior da suposta homogeneidade da classe trabalhadora. Insistir nessa questão impede separar rigidamente as esferas de reprodução da vida e de reprodução do capital e, ao contrário, coloca-as em relação conflitual e contraditória no interior do arranjo capitalista, colonial e patriarcal. Mas aqui surgem questões metodológicas importantes sobre a relação entre capitalismo, colonialismo e patriarcado, quando cruzamos as feministas marxistas materialistas com as leituras das feministas decoloniais.

Se, por um lado, as primeiras descrevem como ninguém o processo que separa produção e reprodução — como vimos acima —, restituindo ao processo reprodutivo um papel central na análise do capitalismo, por outro, não chegam a problematizar plenamente como o trabalho reprodutivo se desenvolve de forma

¹⁸ Marx, *O capital*.

¹⁹ Federici, *O patriarcado do salário*.

desigual. Ou seja: como ele é imbricado aos processos de racialização e como nele se “reproduz” uma lógica universalizante do sujeito abstrato “mulher”, que esconderia, através do gênero, a disforia sexual binária como determinação material e dada. Mais ainda: o que aconteceria se a reprodução social não fosse em geral, mas produzisse não apenas o “eixo estrutural” do gênero, mas também o do sexo — agora atravessado pela raça, e vice-versa.²⁰ Se a intersecção capitalismo/patriarcado separava aquilo que já era imbricado, o feminismo marxista, em certos momentos, parece apagar as determinações raciais das hierarquias sexuais, ao abstrair e tomar como dadas as condições do trabalho reprodutivo. Federici afirma que, no processo propriamente capitalista de separação entre produção de mercadorias e reprodução da força de trabalho, “expropria-se a mulher de seu corpo”, para fazê-la surgir como “trabalhadora reprodutiva”.²¹ Mas ela não argumenta que esse corpo generificado é, ao mesmo tempo, racializado e sexuado. Como afirma Lugones, a dificuldade está no fato de que todos os termos pressupõem separação, quando o que se pretende expressar é a inseparabilidade.²² Se a mulher “preexiste” ao capitalismo, o patriarcado do salário, do que fala Federici, seria apenas um momento histórico da produção do gênero, mas não da produção do “sexo”. Este permaneceria como universal dado, e não como construção social já imbricada com a “raça”.

Federici mostra como o patriarcado do salário se conforma como resposta a uma crise de reprodução, redefinindo a relação entre produção de mercadorias e reprodução da vida e do capital: a passagem da indústria leve à pesada, a transição da mais-valia absoluta para a relativa, acentuando a institucionalização da família operária e do salário familiar.²³ Esse esquema de produção supõe uma divisão sexual do trabalho: homens nas fábricas — assalariados — e mulheres nos lares — não remuneradas. Sobre essa divisão sustenta-se a naturalização do trabalho de umas em benefício da exploração do trabalho de outros. Em outras palavras, pondera-se a própria pertença às relações capitalistas: umas ficam fora dessas relações, enquanto o “operário assalariado” não apenas se ergue como o cidadão trabalhador, mas como o sujeito universal da história. Ele extrai algo mais do que a mais-valia produzida por suas horas não pagas: extrai o tempo imensurável do trabalho reprodutivo de sua companheira, que produz a mercadoria mais especial de todas: a força de trabalho — passada, presente e futura. A única divisão que funciona, diz Federici, é a da classe trabalhadora, que vive como se “as mulheres” não fossem parte dela — e da qual o trabalhador extrai aquilo que lhe é extraído na fábrica: tempo e trabalho.

No entanto, ao confrontarmos essa forma capitalista de patriarcado — que Federici generaliza — com as produções dos feminismos decoloniais, percebemos que esse processo ocorreu de modo mais homogêneo nos centros industriais para trabalhadorxs “brancxs” — como EUA, Europa e alguns outros países —, mas não no “resto do mundo”, onde grande parte das famílias operárias realizava trabalhos remunerados fora de seus lares, e o salário sempre se combinou com outras formas de renda. Não basta, então, compreender apenas a dimensão capitalista do patriarcado, mas sua relação com o racismo e a colonialidade. Mulheres negras e

²⁰ Lugones, *Colonialidade e gênero*.

²¹ Federici, *Calibã e a bruxa*.

²² Lugones, *Colonialidade e gênero*, p. 12.

²³ Federici, *O patriarcado do salário*, p. 65.

outras racializadas não eram consideradas “mulheres” nos termos que Federici descreve, tampouco eram relegadas às figuras maternas e domésticas. Do ponto de vista do eixo estrutural da raça, o sexo não coincide consigo mesmo. Os modos de vida radicalizados e feminizados eram subsumidos sob o trabalho escravo; seus filhos eram propriedade dos senhores; o castigo pagava-se pela coerção sexual ou pela morte. O racismo, como regime de exploração e subjetivação, possui uma configuração estrutural que não é alheia ao sexo e ao gênero, assim como não o é à classe.²⁴ Se, como quer Federici, não há teoria universal do capitalismo, tampouco pode haver teoria universal do patriarcado.

A organização do gênero (dimorfismo biológico, organização patriarcal e heterossexual das relações sociais), argumenta Lugones, como “sistema de gênero moderno/colonial não existe sem a colonialidade do poder, já que a classificação das populações em termos de raça é uma condição necessária de sua existência”.²⁵ Na origem do capitalismo não está apenas a organização do trabalho, mas um modo específico de reprodução racial, que, por sua vez, se manifesta como uma organização diferencial de gênero e sexo que se reflete na organização do trabalho. Se produz e reproduz, ao mesmo tempo, modos de controle do trabalho, do sexo, de gênero, da raça, da autoridade coletiva e das formas de subjetividade e suas relações: “toda forma de controle do sexo, da subjetividade, da autoridade e do trabalho existe em conexão com a colonialidade”.²⁶ Se o sexo é atribuído, é porque é socialmente construído como uma ferramenta de diferenciação que deve se reproduzir como relação social em um sistema de classes em conflito. É a distinção, a divisão, como na classe, que desempenha um papel central:

Tanto o dimorfismo biológico e a heterossexualidade quanto o patriarcado são característicos do que chamo o “lado iluminado/visível” da organização colonial/moderna do gênero. O dimorfismo biológico, a dicotomia homem/mulher, a heterossexualidade e o patriarcado estão inscritos – com letras maiúsculas e hegemonicamente – no próprio significado de gênero.²⁷ Aqueles localizados no “lado obscuro/oculto” não são necessariamente entendidos em termos dimórficos.²⁸

Se a aposta de Federici habilita pensar o salário como ilhota na exploração capitalista, a crítica ao patriarcado do salário permite pensar o doméstico também como uma ilhota dentro de um sistema patriarcal complexo. Não há patriarcado universal, e portanto não há sistema sexo-genérico que não esteja já imbricado com raça e classe. A complexa relação patriarcal é determinada, então, pela forma salário, por meio de um processo de colonialidade do salário — “já que este (...) tem sido elemento primordial para garantir a hierarquia racial e colonial do trabalho”, e não apenas a sexo-genérica.²⁹ E também pela colonialidade de gênero, já que, como sustenta Lugones, esta se introduziu com a colônia, pois, mediante a redução a animais, exclui-se a indígenas e afrodescendentes da possibilidade de ter gênero: “As

²⁴ Davis, *Mulheres, raça e classe*.

²⁵ Lugones, *Colonialidade e gênero*, pp. 26-27.

²⁶ Lugones, *Colonialidade e gênero*, p. 9.

²⁷ Lugones, *Colonialidade e gênero*, pp. 8-9.

²⁸ Lugones, *Colonialidade e gênero*, p. 16.

²⁹ Expósito, Sacchi et al., *Ensamblajes Neoliberales*, p. 36.

fêmeas não brancas eram consideradas animais no sentido de seres sem gênero, marcadas sexualmente como fêmeas, mas sem as características da feminilidade".³⁰

Embora Federici descreva com profundidade a produção do gênero “mulher” no capitalismo, sua imbricação patriarcal e os diferentes momentos históricos pelos quais passou — mostrando sua importância na divisão internacional do trabalho e em seus mecanismos de exploração —, ela nada diz sobre a heterogeneidade histórico-estrutural do sistema patriarcal no mundo capitalista, sua relação com a colonialidade e sobre a produção da “disforia sexual” como eixo estruturante de um capitalismo determinado pela biologia como último bastião indiscutível.

II. A atualização do problema

Um problema semelhante aparece nas teorizações de Nancy Fraser, como expoente das autoras contemporâneas das *teorias da reprodução social*, quando afirma que a especificidade colonial e patriarcal do capitalismo seria resultado de uma relação irresolúvel entre interioridade e exterioridade. O capitalismo seria diretamente racista e patriarcal apenas em suas determinações históricas, mas não em suas presunções lógicas: onde a extração e a reprodução social seriam condições de possibilidade da exploração propriamente capitalista. Fraser chega a esse problema perguntando se o capitalismo é necessariamente racista e patriarcal. A lógica capitalista se sustenta na relação imbricada entre três espaços fundamentais: o intercâmbio, onde o valor se realiza; a produção, onde o valor é produzido; e os “fora”, como condição de possibilidade do valor.³¹ Se a economia política restringiu sua análise à troca de equivalentes, e o marxismo à esfera da exploração e do trabalho assalariado, essa esfera “esconde algo além do mais-valor. Esconde suas marcas de nascença – a mão de obra de reprodução social que é condição para que ela seja possível”,³² e da expropriação, como a condição de possibilidade da exploração.

No capitalismo, a reprodução social e a expropriação entram em relação de “separação-dependência-rejeição” com a produção “propriamente” econômica. No entanto, afirma Fraser, a reprodução social e a expropriação são cruciais para a acumulação de capital. Assim, o trabalho não livre, não remunerado, não assalariado e dependente é central para a acumulação capitalista e constitui um espaço ineliminável. Contudo, o mesmo não ocorre com as determinações históricas, patriarcais e raciais, que essas contradições assumiram.

Primeiro, extração e reprodução social são condições de possibilidade da exploração e do trabalho produtivo. Nesse sentido, “o capitalismo é um sistema unitário que pode integrar com êxito, ainda que de modo desigual, a esfera da reprodução” e da extração de valor. Ou seja, como totalidade, o capitalismo é um regime socialmente institucionalizado atravessado por contradições estruturais entre o âmbito econômico e seus “extras”: a reprodução social, a extração, a política e a ecologia. Esses “extras” estão dentro do capitalismo como suas condições externas de possibilidade: do capital, do valor, do salário e da exploração: “Não se pode ter acumulação capitalista se as condições para a produção capitalista não

³⁰ Lugones, *Colonialidade e gênero*, p. 27.

³¹ Fraser, *Capitalismo canibal*.

³² Fraser; Bhattacharya; Arruzza, *Feminismo para os 99%*, p. 74.

estão dadas”.³³ Essa é a lógica propriamente capitalista: “seu movimento fundamental foi separar a produção de pessoas da obtenção de lucro”.³⁴ No entanto, tanto para sua reprodução quanto para os processos de luta, essas esferas de condições são centrais. A reprodução social é necessária para a existência do trabalho produtivo; a extração, para a exploração; a natureza não humana, para a produção de mercadorias; as condições políticas, para as econômicas.

As crises capitalistas não se dariam apenas na esfera ruidosa do “intercâmbio” ou na morada oculta da “produção” de valor, do capital e da exploração, mas também entre estas e suas “outras” moradas ainda mais ocultas, desprezadas e desvalorizadas: a reprodução social, a expropriação, a natureza não humana, a política. Essas contradições entre a acumulação capitalista e seus outros estiveram sempre presentes na história do capitalismo, mostrando seu funcionamento e redefinindo seus limites ao longo de suas distintas fases. O capitalismo necessita desses “fora” para existir, mas simultaneamente subverte seus limites. Isso expressa, para Fraser, a relação estruturalmente contraditória entre capital e seus “exteriores”.

Em segundo lugar, Fraser³⁵ distingue duas estratégias analíticas para compreender o capitalismo. A primeira descreve as diferentes etapas históricas dessas relações contraditórias, mostrando como lutas e fases de acumulação redefinem seus limites. A partir delas, propõe quatro regimes historicamente específicos de acumulação: o capitalismo comercial, o capitalismo liberal, o capitalismo administrado pelo Estado e o capitalismo financeirizado ou neoliberal. Cada um redefiniu os limites entre acumulação e seus “fora” produzindo, de um lado, determinações patriarcais em função da contradição produção/reprodução social e, de outro, determinações raciais relativas à contradição exploração/extração. É a história do capitalismo que permite a Fraser afirmar que ele é “necessariamente” patriarcal e racista.

A segunda estratégia permite distinguir as determinações patriarcais e coloniais do capitalismo de seus traços “estruturais”. Além dos conteúdos de sua história concreta, o capitalismo poderia não ser patriarcal e racista. Do ponto de vista da análise lógica do sistema capitalista, seriam seus “foras” — extração e reprodução social — que seriam necessários, mas não suas determinações históricas — raciais e de gênero. Em outras palavras: se as determinações por divisões raciais e de gênero entre extração/reprodução social e exploração/produção são formas históricas assumidas pelos diferentes “regimes de acumulação”, elas podem ser superadas no devir do capitalismo; mas não as contradições extração/exploração e reprodução social/produção, que estruturam a totalidade capitalista. Se tais contradições fossem superadas logicamente, estaríamos em outro sistema, não capitalista. Mas se apenas as determinações históricas fossem superadas — e não as contradições —, o capitalismo seguiria vigente.

Resumindo, para Fraser, as contradições entre capital e seus “foras” — reprodução social, extração, regime político e natureza não humana — são estruturais à lógica capitalista. São sua condição real de possibilidade. Enquanto as determinações históricas dessas contradições — raciais, patriarcais, democráticas

³³ Arruzza; Bhattacharya, *Teoría de la reproducción social*, p. 43.

³⁴ Fraser; Bhattacharya; Arruzza, *Feminismo para os 99%*, p. 37.

³⁵ Fraser, *Los talleres ocultos del capital; Capitalismo canibal*.

e a natureza tomada como recurso inesgotável — são históricas e, portanto, poderiam ser superadas dentro do capitalismo. De um lado, expropriação e reprodução social não são meras divisões sociais do trabalho, mas mecanismos de acumulação por outros meios, os quais são “uma condição oculta que possibilita a liberdade das pessoas que o sistema explora”.³⁶ E, logo, tratam-se de relações necessárias à acumulação. De outro lado, suas formas históricas poderiam desaparecer em uma nova fase do capitalismo. Parece, assim, que Fraser sustenta que, dentro do capitalismo, racismo e patriarcado poderiam ser superados enquanto formas históricas assumidas por uma contradição insuperável entre reprodução social/expropriação, de um lado, e produção/exploração, do outro.

Mas se analisarmos esses argumentos sob a perspectiva da autora zimbabuense Anne McClintock, as relações capitalistas, patriarcais e coloniais, longe de se referirem a esferas isoladas que se entrecruzam no processo histórico, pelo contrário, para se constituírem, pressupõem e dependem dessa relação. Classe, raça e gênero:

não são distintos reinos da experiência, que existem em esplêndido isolamento entre si; nem podem ser simplesmente encaixados retrospectivamente como peças de um *Lego*. Não, eles existem *em relação* entre si e *através* dessa relação – ainda que de modos contraditórios e em conflito.³⁷

Colonialidade, capitalismo e patriarcado são possíveis em sua relação e, por meio dela, em seu devir histórico. Nessa chave, poderíamos afirmar: que a colonialidade e a invenção da raça são centrais no devir da acumulação capitalista; que os processos de racialização classificam certas classes como desvalorizadas e perigosas (trabalhadores não assalariados, migrantes, pobres e profissionais do sexo, mas também feministas, gays e lésbicas, militantes de esquerda e ativistas dissidentes); que o processo patriarcal de domesticação é uma dimensão crucial na produção de subjetividades e sua classificação sexual; que o sexo e o gênero são centrais para a conformação do mercado de trabalho e da empresa colonizadora. Portanto, o gênero não é apenas uma questão de sexualidade, mas de exploração do trabalho e de colonialidade; raça não é apenas uma questão de fenótipo, mas uma classificação da força de trabalho produzida também pela distinção sexual e de gênero; classe não é apenas força de trabalho assalariada, mas se reproduz sob um sistema social de diferenças de raça e de sexo-gênero.³⁸

Mais para Fraser isso seria inaceitável: se nos regimes históricos de acumulação o que muda são as formas das relações de gênero e de racismo, Fraser não questiona a produção social das diferenças que o capitalismo gera em relação ao sexo e à raça. Parece sustentar que há uma base material do sexo e da raça que não apenas antecede o capitalismo, mas é a determinação da própria espécie humana. Assim, o fato de que “as sociedades capitalistas separam a reprodução da produção econômica” e “a expropriação da exploração” é estrutural, mas o fato de que essas esferas estejam “associadas às mulheres” ou estruturadas sob “opressão racial”³⁹ seria apenas consequência da história contingente do

³⁶ Fraser, *Capitalismo canibal*, p. 52.

³⁷ McClintock, *Couro imperial*, p. 10.

³⁸ McClintock, *Couro imperial*.

³⁹ Fraser, *Capitalismo canibal*, p. 46.

capitalismo — apoiada sobre diferenças prévias —, ainda que no mesmo processo criem-se modos de vida feminizados e racializados. A base estrutural que o capitalismo herdaria para a “opressão racial” e o “patriarcado” repousa na ideia de que extração e reprodução social conformam uma “condição necessária para a exploração”,⁴⁰ amalgamadas historicamente sobre diferenças preexistentes e não produzidas pelo capitalismo. Pois, se Fraser aceitasse que as diferenças sexuais e raciais são produzidas pelas relações capitalistas, ela não poderia sustentar seu argumento lógico, que funda a não-necessidade do patriarcado e do racismo para a produção de valor do capital.

O intento desta leitura crítica da argumentação da Fraser, não trata de mostrar a indistinção dessas esferas e categorias, mas, pelo contrário, de mostrar que elas só existem por meio de suas relações íntimas, ocultas, conflituosas e contraditórias. E que, assim como propõe Fraser, é tão importante não confundi-las quanto compreendê-las a partir e através de suas relações contraditórias, entrelaçadas e interligadas, históricas, mas também lógicas. Como afirma Saffioti, elas se apresentam como um nó de três fios que, nessa união, produzem uma lógica específica. Não se trata de um nó apertado, que não permitiria distingui-las, mas sim de um

nó frouxo, deixando mobilidade para cada uma de suas componentes (...). Não que cada uma destas contradições atue livre e isoladamente. No nó, elas passam a apresentar uma dinâmica especial, própria do nó. Ou seja, a dinâmica de cada uma condiciona-se à nova realidade, presidida por uma lógica contraditória.⁴¹

Dessa forma, a figura do nó, proposta por Saffioti, ou a co-determinabilidade, proposta por McClintock, permitem analisar tanto como a classe é um problema racial e sexual, quanto como a sexualidade e a classe são problemas da raça, e como a raça e a classe se conformam através da sexualidade e do gênero. Ao mesmo tempo, permitem ir além da relação que o feminismo marxista materializa propõe.

Conclusão

A modalidade de acumulação e reprodução da imbricação capitalista, colonial e patriarcal fica exposta no cruzamento entre feminismos decoloniais e marxistas materialistas. Essas teorizações tornam-se argumentos complementares para pensar a apropriação de trabalho de forma gratuita, precarizada e flexível, não assalariada e informal — feminizada e racializada — que é desvalorizada e, ao mesmo tempo, fundamental para a valorização do capital. Em outras palavras, esse cruzamento nos convida a repensar a imbricação entre sexo, gênero, classe e raça, e a tornar visíveis genealogias ocultas e linhas alternativas e não hegemônicas nas teorias feministas. Ou seja, convoca-nos a compreender o movimento do capitalismo a partir de seu “lado B”, de sua versão não oficial, porém tão fundante quanto a estudada acumulação ampliada de capital.

Além disso, ao propor genealogias inéditas para os processos de produção de valor e de subjetividades, esse cruzamento nos permite atualizar a leitura do presente neoliberal: o processo, encoberto mas fundamental, de reprodução social

⁴⁰ Fraser, *Capitalismo canibal*, p. 58.

⁴¹ Saffioti, *Gênero, patriarcado, violência*, p. 133.

neoliberal aprofunda uma lógica de acumulação e um modo de trabalho que se sustenta sobre um fenômeno global de feminização–racialização da relação capital-trabalho e que, portanto, reduz salários e a relação salarial, suspende direitos e produz endividamentos públicos e privados. Se o neoliberalismo aprofundou e intensificou o modo precário, flexibilizado, informal e sobreexplorado que já operava no trabalho reprodutivo e informal, a crise neoliberal e a pandemia acabaram por derramá-lo sobre a totalidade do mundo do trabalho e sobre todo o tecido social. Assim, a imagem em movimento que o diálogo entre esses feminismos nos permite analisar é a de um capitalismo neoliberal que precarizou e flexibilizou os modos de vida dxs trabalhadorxs a partir de um processo incessante de acumulação global mediante a exploração diferencial de formas feminizadas e racializadas de trabalho. Esse argumento pressupõe uma historicização do trabalho que rompe com a hegemonia salarial "do trabalhador formal e sindicalizado" como o modo hegemônico de trabalho no capitalismo.

As relações entre produção e reprodução são, portanto, o resultado da complexidade do conjunto de elementos e determinações sociais que intervêm de modo contraditório e desigual. Essas relações se definem e se redefinem conforme os diferentes momentos que a correspondência entre capitalismo, colonialismo e patriarcado atravessa. Ou seja, a imbricação entre capitalismo, patriarcado e colonialismo está vinculada a como, em cada momento histórico, definem-se as relações com a "natureza", os territórios e os corpos, as formas adquiridas nos processos de produção, as relações sociais de reprodução, as formações político-culturais concretas e suas resistências específicas.

Colocar em debate a categoria de patriarcado entre esses feminismos nos dispõe a pensar um regime de reprodução igualmente capitalista e colonial, que supõe tanto a acumulação de riqueza como mecanismo de produção diferencial da força de trabalho e de subjetividades hierarquizadas, quanto a complexa e desigual composição das lógicas e subjetividades em luta. Essa complexidade, que hoje se materializa na produção de subjetividades neofascistas, hipermachistas, classistas e xenófobas — em que a reprodução da força de trabalho não exige apenas a produção de sua qualificação e de suas qualidades diferenciadas, mas também a submissão e o disciplinamento dxs trabalhadorxs às regras do ordenamento neoliberal — apoia-se na construção da "ideologia de gênero" como inimigo a ser combatido, diante de feminismos que têm a complexa tarefa de produzir uma subjetividade em comum em um contexto diferencial de privilégios e opressões. Parafraseando a Espinosa Miñoso,⁴² a política de que se precisa é aquela que se torna possível ao enfrentar o *sistema mundo moderno colonial patriarcal*. Uma política que nos permita caminhar com quem esteja disposto a enfrentar a opressão e a dominação em sua totalidade, com quem esteja disposto a enfrentar a si mesmo se for necessário.

Se esse é o desafio político para as resistências, também o é para a teoria. Fazer teoria feminista implica estar dispostxs a que nossas categorias não permaneçam incólumes. O cruzamento crítico entre esses feminismos nos coloca diante da tarefa de repensar a relação entre capitalismo, colonialismo e patriarcado como a tarefa inadiável da conjuntura.

⁴² Espinosa Miñoso, *De por qué es necesario un feminismo decolonial*.

Referências

- ARRUZZA, Cinzia; BHATTACHARYA, Tithi. Teoría de la reproducción social: elementos fundamentales para un feminismo marxista. *Archivos de Historia del Movimiento Obrero y la Izquierda*, Buenos Aires, n. 16, pp. 37-69, 2020.
- ARRUZZA, Cinzia. *Las sin parte: matrimonios y divorcios entre feminismo y marxismo*. Trad. Andreu Coll. Buenos Aires: Izquierda Anticapitalista, 2010.
- BUTLER, Judith; FRASER, Nancy. *¿Redistribución o reconocimiento? Un debate entre marxismo y feminismo*. Trad. Carlos Prieto del Campo. Madrid: Traficantes de Sueños, 2016.
- BUTLER, Judith. *Problemas de gênero: feminismo e subversão da identidade*. Trad. Renato Aguiar. 16. ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2018.
- CRENSHAW, Kimberlé. Mapping the margins: intersectionality, identity politics, and violence against women of color. In: FINEMAN, Martha Albertson; MYKITIUK, Roxanne (org.). *The public nature of private violence*. New York: Routledge, 1994. pp. 93-118.
- DAVIS, Angela. *Mulheres, raça e classe*. Trad. Heci Regina Candiani. São Paulo: Boitempo, 2016.
- ESPINOSA MIÑOSO, Yuderkys. *De por qué es necesario un feminismo decolonial*. Barcelona: Icaria, 2022.
- ESPINOSA MIÑOSO, Yuderkys. Sobre por que é necessário um feminismo decolonial: diferenciação, dominação coconstitutiva da modernidade ocidental. *MASP Afterall*, São Paulo, n. 8, 2020.
- EXPÓSITO, Julia; SACCHI, Emiliano; SAIDEL, Matías; LO VALVO, Emilio. *Ensamblajes neoliberales*. Buenos Aires: Red, 2022.
- EXPÓSITO, Julia. *Feminismos revolucionarios*. Buenos Aires: Red, 2021.
- FALQUET, Jules. *Pax neoliberalia*. São Paulo: Sobinfluencia, 2022.
- FEDERICI, Silvia. *Calibã e a bruxa: mulheres, corpos e acumulação primitiva*. São Paulo: Elefante, 2017.
- FEDERICI, Silvia. *O patriarcado do salário: notas sobre Marx, gênero e feminismo*. Trad. Heci Regina Candiani. São Paulo: Boitempo, 2021. v. 1.
- FEDERICI, Silvia. *Revolución en punto cero: trabajo doméstico, reproducción y luchas feministas*. Trad. Carlos Fernández Guervós e Paula Martín Ponz. Madrid: Traficantes de Sueños, 2013.
- FERGUSON, Susan. *Women and work: feminism, labour, and social reproduction*. London: Pluto, 2019.
- FRASER, Nancy; BHATTACHARYA, Tithi; ARRUZZA, Cinzia. *Feminismo para os 99%: um manifesto*. Trad. Heci Regina Candiani. 1. ed. São Paulo: Boitempo, 2019.
- FRASER, Nancy. *Capitalismo canibal: como nosso sistema está devorando a democracia, o cuidado e o planeta — e o que podemos fazer a respeito disso*. Trad. Aline Scátola. São Paulo: Autonomia Literária, 2024.
- FRASER, Nancy. *Los talleres ocultos del capital: un mapa para la izquierda*. Trad. Juan Mari Madrigal e Cristina Piña Alado. Madrid: Traficantes de Sueños, 2020.

LUGONES, María. Colonialidade e gênero. *In*: HOLLANDA, Heloisa Buarque de (org.). *Pensamento feminista hoje: perspectivas decoloniais*. Rio de Janeiro: Bazar do Tempo, 2020. pp. 53-83.

MARX, Karl. *O capital: crítica da economia política*. Livro I: o processo de produção do capital. Trad. Rubens Enderle. São Paulo: Boitempo, 2013.

MCCLINTOCK, Anne. *Couro imperial: raça, gênero e sexualidade no embate colonial*. Trad. Plínio Dentzien. Campinas: Editora da Unicamp, 2010.

MEZZADRI, Alessandra. On the value of social reproduction. *Radical Philosophy*, London, n. 204, pp. 33-41, 2019.

QUIJANO, Aníbal. Colonialidade do poder, eurocentrismo e América Latina. *In*: LANDER, Edgardo (org.). *A colonialidade do saber: eurocentrismo e ciências sociais: perspectivas latino-americanas*. Buenos Aires: CLACSO, 2005. pp. 117-142.

SAFFIOTI, Heleieth I. B. *Gênero, patriarcado, violência*. São Paulo: Expressão Popular, 2015.

SEGATO, Rita Laura. *La guerra contra las mujeres*. Madrid: Traficantes de Sueños, 2016.